



ESCOLA DE SARGENTO DAS ARMAS

Curso de Formação de Sargento - Combatente/Logística e Aviação

SEPARATA AO BE Nº 11/2025

**CÓD: OP-070MR-25
7908403571017**

Matemática

1. Noções de Conjuntos: representação de conjuntos, subconjuntos, operações: união, interseção, diferença e complementar. Conjunto universo e conjunto vazio.....	9
2. Conjunto dos Números: Conjunto dos números naturais. Conjunto dos números inteiros; representação na reta numérica, módulo, simétrico e oposto, representação decimal, operações com intervalos reais. Conjunto dos números racionais: operações fundamentais. Conjunto dos números naturais e inteiros: operações fundamentais.....	11
3. números primos, fatoração, número de divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum	24
4. Razões e proporções, grandezas diretamente e indiretamente proporcionais.....	27
5. Funções: Conceito de relação. Conceito de função, domínio, contradomínio e imagem de uma função. Funções, injetoras, sobrejetora, bijetora e funções pares e ímpares, funções periódicas, e funções compostas. Zeros ou raiz de uma função. Função constante, função crescente, função decrescente. Função definida por mais de uma sentença. Função inversa. Gráfico de funções. Função Linear, Função Afim e Função Quadrática: Gráficos, domínio, imagem e características. Variações de sinal. Máximos e mínimos. Função Modular: Definição, gráfico, domínio e imagem da função modular. Equações modulares. Inequações modulares. Função Exponencial: Gráficos, domínio, imagem e características da função exponencial, logaritmos decimais. Equações e inequações exponenciais. Função Logarítmica: Definição de logaritmo e propriedades operatórias. Gráficos, domínio, imagem e características da função logarítmica. Equações e inequações logarítmicas	28
6. Inequação produto e inequação quociente	48
7. Trigonometria: Arcos notáveis. Trigonometria no triângulo (retângulo e qualquer). Lei dos senos e Lei dos cossenos. Unidades de medidas de arcos e ângulos: o grau e o radiano. Circulo trigonométrico, razões trigonométricas e redução ao 1ºquadrante. Funções trigonométricas, transformações, identidades trigonométricas fundamentais, equações e inequações trigonométricas no conjunto dos números reais. Fórmulas de adição de arcos, arcos duplos, arco metade e transformação em produto. Sistemas de equações e inequações trigonométricas e resolução de triângulos	51
8. Contagem e Análise Combinatória: Fatorial, definição e operações. Princípios multiplicativo e aditivo da contagem. Arranjos, combinações e permutações. Binômio de Newton: Desenvolvimento, coeficientes binomiais e termo geral. Resolução de equações binomiais e trinomiais	58
9. Probabilidade: Experimento aleatório, experimento amostral, espaço amostral e evento. Probabilidade em espaços amostrais equiprováveis. Probabilidade da união de dois eventos. Probabilidade condicional. Propriedade das probabilidades. Probabilidade de dois eventos sucessivos e experimentos binomiais.....	62
10. Matrizes, Determinantes e Sistemas Lineares: Definições. Operações com matrizes (adição, multiplicação por escalar, transposição e produto). Matriz inversa. Determinante de uma matriz: definição e propriedades. Sistemas de equações lineares	64
11. Sequências Numéricas e Progressões: Sequências numéricas. Progressões aritméticas: termo geral, soma dos termos e propriedades. Progressões geométricas (finitas e infinitas): termo geral, soma dos termos e propriedades	75
12. Geometria Espacial de Posição: Posições relativas entre duas retas. Posições relativas entre dois planos. Posições relativas entre reta e plano. Perpendicularidade entre duas retas, entre dois planos e entre reta e plano. Projeção ortogonal	80
13. Geometria Espacial Métrica: Prismas: conceito, elementos, classificação, áreas e volumes e troncos. Pirâmide: conceito, elementos, classificação, áreas e volumes e troncos. Cilindro: conceito, elementos, classificação, áreas e volumes e troncos. Cone: conceito, elementos, classificação, áreas e volumes e troncos. Esfera: elementos, seção da esfera, área, volumes e partes da esfera. Inscrição e circunscrição de sólidos.....	87
14. Geometria Analítica Plana: Ponto: o plano cartesiano, distância entre dois pontos, ponto médio de segmento e condição de alinhamento de três pontos. Reta: equações geral e reduzida, interseção de retas, paralelismo e perpendicularidade e ângulo entre duas retas, distância entre ponto e reta e distância entre duas retas, bissetrizes do ângulo entre duas retas, área de um triângulo e inequações do primeiro grau com duas variáveis. Circunferência: equações geral e reduzida, posições relativas entre ponto e circunferência, reta e circunferência e duas circunferências; problemas de tangência; e equações e inequações do segundo grau com duas variáveis. Elipse: definição, equação, posições relativas entre ponto e elipse, posições relativas entre reta e elipse. Hipérbole: definição, equação da hipérbole, posições relativas entre ponto e hipérbole, posições relativas entre reta e hipérbole e equações das assíntotas da hipérbole. Parábola: definição, equação, posições relativas entre ponto e parábola, posições relativas entre reta e parábola. Reconhecimento de cônicas a partir de sua equação geral	96

15. Geometria Plana: Ângulo: definição, elementos e propriedades. Ângulos na circunferência. Paralelismo e perpendicularidade. Semelhança de triângulos. Pontos notáveis do triângulo. Relações métricas nos triângulos (retângulos e quaisquer). Triângulos retângulos, Teorema de Pitágoras. Congruência de figuras planas. Feixe de retas paralelas e transversais, Teorema de Tales. Teorema das bissetrizes internas e externas de um triângulo. Quadriláteros notáveis; polígonos, polígonos regulares, circunferências, círculos e seus elementos. Perímetro e área de polígonos, polígonos regulares, circunferências, círculos e seus elementos. Fórmula de Heron. Razão entre áreas. Inscrição e circunscrição	112
16. Polinômios: Função polinomial, polinômio identicamente nulo, grau de um polinômio, identidade de um polinômio, raiz de um polinômio, operações com polinômios e valor numérico de um polinômio. Divisão de polinômios, Teorema do resto, Teorema de D'Alembert e dispositivo de Briot-Ruffini. Relação entre coeficientes e raízes. Fatoração e multiplicidade de raízes e produtos notáveis. Máximo divisor comum de polinômios. Equações Polinomiais Teorema fundamental da álgebra, Teorema da decomposição, raízes imaginárias, raízes racionais, relações de Girard e Teorema de Bolzano	130
17. Conjunto dos números complexos Operações, módulo, conjugado de um número complexo, representações algébrica e trigonométrica; representação no plano de Argand Gauss, potencialização e radiciação; extração de raízes; e Fórmulas de Moivre.....	136
18. Noções de Estatística: Termos de uma pesquisa estatística. Representação gráfica. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Estatística e probabilidade.....	138
19. Noções de Lógica: Proposição. Negação. Proposição composta – conectivos lógicos. Condicionais. Tautologias. Proposições logicamente falsas. Relação de implicação. Relação de equivalência.....	148

Português

1. Leitura, interpretação e análise de textos Leitura, interpretação e análise dos significados presentes em um texto e o respectivo relacionamento com o universo em que o texto foi produzido	159
2. Fonética, ortografia e pontuação Correta escrita das palavras da língua portuguesa, acentuação gráfica, partição silábica e pontuação	166
3. Morfologia Estrutura e formação das palavras e classes de palavras	169
4. Morfossintaxe Frase, oração e período, termos da oração, orações do período (desenvolvidas e reduzidas), funções sintáticas do pronome relativo, sintaxe de regência (verbal e nominal), sintaxe de concordância (verbal e nominal) e sintaxe de colocação	177
5. Noções de versificação Estrutura do verso, tipos de verso, rima, estrofação e poemas de forma fixa	186
6. Teoria da linguagem e semântica História da Língua Portuguesa	192
7. linguagem, língua, discurso e estilo	196
8. níveis de linguagem, funções da linguagem	200
9. figuras de linguagem e significado das palavras	202
10. Ortografia.....	209
11. Introdução à literatura A arte literária, os gêneros literários e a evolução da arte literária, em Portugal e no Brasil	211
12. Literatura brasileira Contexto histórico, características, principais autores e obras do Quinhentismo, Barroco, Arcadismo, Romantismo, Realismo, Naturalismo, Impressionismo, Parnasianismo, Simbolismo, Pré-modernismo e Modernismo.....	217
13. Redação Gênero textual; textualidade e estilo (funções da linguagem; coesão e coerência textual; tipos de discurso; intertextualidade; denotação e conotação; figuras de linguagem; mecanismos de coesão; a ambiguidade; a não-contradição; paralelismos sintáticos e semânticos; continuidade e progressão textual); texto e contexto; o texto narrativo: o enredo, o tempo e o espaço; a técnica da descrição; o narrador; o texto argumentativo; o tema; a impessoalidade; a carta argumentativa; a crônica argumentativa; a argumentação e a persuasão; o texto dissertativo-argumentativo; a consistência dos argumentos; a contra argumentação; o parágrafo; a informatividade e o senso comum; formas de desenvolvimento do texto dissertativo-argumentativo; a introdução; e a conclusão	226

História do Brasil

1. BRASIL COLÔNIA; Os povos indígenas brasileiros; O Brasil antes da chegada dos europeus; As principais nações indígenas do Brasil antes da chegada dos portugueses 241
2. Período pré-colonial; Expedições de reconhecimento e guarda costa; Economia do pau-brasil; Expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza..... 243
3. Período Colonial – administração, economia e sociedade colonial; A organização administrativa colonial portuguesa no Brasil – Capitâneas Hereditárias; O Governo Geral e órgãos administrativos; as Câmaras Municipais; A Economia e Sociedade Açucareira; Escravidão africana; A Economia e Sociedade Mineradora; Economias Complementares..... 246
4. Consolidação territorial; Entradas e Bandeiras; Invasões Estrangeiras – invasões francesas; a invasão holandesa; a Insurreição Pernambucana: a luta contra o invasor e a gênese do Exército Brasileiro; As questões de limites entre Portugal e Espanha e a formação das atuais fronteiras do Brasil: Tratados de Madri, El Pardo, Santo Ildefonso e Badajoz..... 250
5. As Rebeliões Nativistas: Características; A Crise do Sistema Colonial Português; Principais Rebeliões Nativistas – Revolta de Beckman, Guerra dos Emboabas, Guerra dos Mascates e a Revolta de Vila Rica..... 253
6. Movimentos pró-independência no Brasil; Caracterização; Influência Iluminista; Crise econômica; Principais movimentos pró-independência: Inconfidência Mineira e Conjuração Baiana 257
7. BRASIL IMPÉRIO; O Período Joanino; A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil; O governo de D. João VI no Brasil: política interna e externa; A Revolução do Porto e partida da Família Real 263
8. A Independência do Brasil; Fatores que levaram à independência do Brasil; Revolução Pernambucana (1817); A Regência de D. Pedro; O Grito do Ipiranga; A Guerra de Independência..... 267
9. O Primeiro Reinado; Panorama político-partidário; A Constituição de 1824; Panorama interno: autoritarismo do Imperador, crise econômica; Panorama externo: a Guerra da Cisplatina; A Abdicação de D. Pedro I 273
10. Período Regencial; Panorama político-partidário conflituoso: restauradores, liberais moderados e republicanos; A Regência Trina Provisória; A Regência Trina Permanente; O Ato Adicional de 1834; As Regências Unas; As Revoltas Regenciais: Cabanagem, Balaiada, Malês, Sabinada e Farrroupilha; A ação pacificadora de Caxias: Balaiada, Farrroupilha e Revoltas Liberais de 1842 277
11. O Segundo Reinado; Antecipação da Maioridade de D. Pedro II; Panorama político-partidário do II Império: conservadores e liberais; rivalidades iniciais; as Revoltas Liberais de 1842; Conciliação; O Parlamentarismo Brasileiro; A economia e sociedade cafeeiras; A breve Era Mauá; Política externa: Campanha contra Oribe e Rosas; A questão Christie; A Campanha contra Aguirre; A Guerra da Tríplice Aliança; O comando vitorioso de Caxias na Guerra da Tríplice Aliança; A imigração europeia; A Abolição da Escravatura; A crise do Império: Questão Religiosa; Republicanismo; Questão Militar; Positivismo; a Proclamação da República 283
12. BRASIL REPÚBLICA; A Primeira República; A República da Espada: os governos de Deodoro e de Floriano Peixoto; A Constituição de 1891; Guerras de Canudos (1896–1898) e Contestado (1912–1916); As Revoltas da Armada; O Tenentismo, as revoltas de 1922–1924 e a “Coluna Prestes”; A Revolução Federalista; A República oligárquica: caracterização – “coronelismo”, “voto de cabresto”, política do “café com leite”, política de valorização do café, “política dos governadores”; Algumas revoltas sociais da República Velha: Revolta da Chibata, Revolta da Vacina, o fenômeno do Cangaço; A ruptura oligárquica e a Revolução de 1930; O processo de industrialização brasileiro 289
13. A Era Vargas; O Governo Provisório; A Revolução Constitucionalista de 1932; Governo Constitucional de Vargas; A Constituição de 1934 e a CLT; Radicalização ideológica: comunistas versus integralistas; A Intentona Comunista de 1935; a Revolta Integralista de 1938; O Estado Novo (1937–1945); O Brasil na II Guerra Mundial: fatores que levaram o Brasil a participar do conflito; a campanha da FEB; A saída de Vargas do poder 295
14. A República Brasileira entre 1945 e 1985; Governo Dutra; Segundo Governo Vargas; Governo JK; Governo Jânio; Governo “Jango”; Governo Castello Branco; Governo Costa e Silva; Governo Médici; Governo Geisel; Governo Figueiredo 302
15. A Nova República (de 1985 até os dias atuais); O Governo Sarney; Crise e Hiperinflação da década de 80; Os Planos Cruzado, Bresser e Verão – caracterização e razões do insucesso; A Constituição de 1988; O Governo Collor; O Plano Collor; O impeachment de Collor; O Governo Itamar Franco; O Plano Real; Os Governos de Fernando Henrique Cardoso até os dias atuais.. 310

Geografia do Brasil

1. O Espaço Natural, Recursos Estratégicos e Impactos Ambientais; Características gerais do território brasileiro: posição geográfica, limites e fusos horários; Estrutura geológica, geomorfologia: origem, formas e classificações do relevo; Tipos de solos brasileiros; A atmosfera e os climas: fenômenos climáticos e os climas no Brasil; Biomas, hotspots e biodiversidade: distribuição da vegetação, características gerais dos domínios morfoclimáticos; Recursos hídricos: bacias hidrográficas, aquíferos, hidrovias; Degradação ambiental, o aproveitamento econômico dos recursos naturais e as atividades econômicas: os recursos minerais, fontes de energia, matriz energética brasileira e meio ambiente, o setor mineral e os grandes projetos de mineração 319
2. O Espaço Econômico; A formação do território nacional: ciclos econômicos e a expansão do território – da cafeicultura ao Brasil urbano industrial e integração territorial; A industrialização pós-Segunda Guerra Mundial: modelo de substituição das importações, abertura para investimentos estrangeiros, dinâmica espacial da indústria, polos industriais, a indústria nas diferentes regiões brasileiras e a reestruturação produtiva; Agricultura brasileira: dinâmicas territoriais da economia rural, a modernização da agricultura, êxodo rural, agronegócio e a produção agropecuária brasileira; Comércio: globalização e economia nacional, comércio exterior, integração regional (Mercosul e principais parceiros econômicos), eixos de circulação e custos de deslocamento 345
3. O Espaço Político; Formação territorial – território, fronteiras, faixa de fronteiras, mar territorial e ZEE; Estrutura político-administrativa, estados, municípios, distrito federal e territórios federais; A divisão regional, segundo o IBGE, e os complexos regionais; Políticas públicas 353
4. O Espaço Humano; Demografia: transição demográfica, crescimento populacional, estrutura etária, política demográfica e mobilidade espacial (migrações internas e externas); Mercado de trabalho: estrutura ocupacional; Desenvolvimento humano: os indicadores socioeconômicos; Urbanização brasileira: processo de urbanização, rede urbana, hierarquia urbana, regiões metropolitanas; Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE), espaço urbano e problemas urbanos..... 362

Inglês

1. Substantivos (Nouns): gênero; substantivos contáveis e incontáveis; número dos substantivos contáveis no singular e no plural; caso genitivo/possessivo com o genitivo *saxão's* e com a preposição *of* 377
2. Pronomes (Pronouns): pronomes pessoais; pronomes reflexivos; pronomes e adjetivos demonstrativos; pronomes e adjetivos possessivos; pronomes e adjetivos interrogativos (question words); pronomes adjetivos indefinidos; pronomes substantivos indefinidos; quantificadores 381
3. Artigos (Articles): artigo definido *the*; artigo indefinido *a/an* 385
4. Adjetivos e Advérbios (Adjectives and Adverbs); formas e usos; posição dos adjetivos e advérbios; graus do adjetivo e do advérbio 385
5. Verbos (Verbs): Verbos no tempo Presente Simples (Simple Present); Verbos no Presente Contínuo (Present Continuous); Verbos no Passado Simples (Past Simple); Verbos no Passado Contínuo (Past Continuous); Verbos no Futuro Imediato (Future with *Going to*); Verbos no Futuro com *shall/will* (Simple Future); Verbos no Presente Perfeito (Present Perfect); Verbos Modais *can, could, must, may, might, would, should* e *ought to*; Verbos no modo imperativo (Imperative); Formas do infinitivo e gerúndio (Infinitive and Gerund); Verbos frasais (Phrasal verbs); Tag Questions 389
6. Preposições (Prepositions): Preposições de tempo, lugar, movimento e formas de transporte; Colocação de verbos com preposições 397

MATEMÁTICA

NOÇÕES DE CONJUNTOS: REPRESENTAÇÃO DE CONJUNTOS, SUBCONJUNTOS, OPERAÇÕES: UNIÃO, INTERSEÇÃO, DIFERENÇA E COMPLEMENTAR. CONJUNTO UNIVERSO E CONJUNTO VAZIO

Um conjunto é uma coleção de objetos, chamados elementos, que possuem uma propriedade comum ou que satisfazem determinada condição.

Representação de um conjunto

Podemos representar um conjunto de várias maneiras.

ATENÇÃO: Indicamos os conjuntos utilizando as letras maiúsculas e os elementos destes conjuntos por letras minúsculas.

Vejamos:

1) os elementos do conjunto são colocados entre chaves separados por vírgula, ou ponto e vírgula.

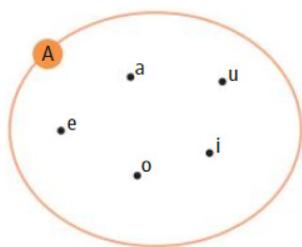
$$A = \{a, e, i, o, u\}$$

2) os elementos do conjunto são representados por uma ou mais propriedades que os caracterize.

$$A = \{x \mid x \text{ é vogal do nosso alfabeto}\}$$

Este símbolo significa tal que.

3) os elementos do conjunto são representados por meio de um esquema denominado diagrama de Venn.



Relação de pertinência

Usamos os símbolos \in (pertence) e \notin (não pertence) para relacionar se um elemento faz parte ou não do conjunto.

Tipos de Conjuntos

– **Conjunto Universo:** reunião de todos os conjuntos que estamos trabalhando.

– **Conjunto Vazio:** é aquele que não possui elementos. Representa-se por \emptyset ou, simplesmente $\{ \}$.

– **Conjunto Unitário:** possui apenas um único elemento.

– **Conjunto Finito:** quando podemos enumerar todos os seus elementos.

– **Conjunto Infinito:** contrário do finito.

Relação de inclusão

É usada para estabelecer relação entre conjuntos com conjuntos, verificando se um conjunto é subconjunto ou não de outro conjunto. Usamos os seguintes símbolos de inclusão:

\subset	está contido
\supset	contém
$\not\subset$	não está contido
$\not\supset$	não contém

Igualdade de conjuntos

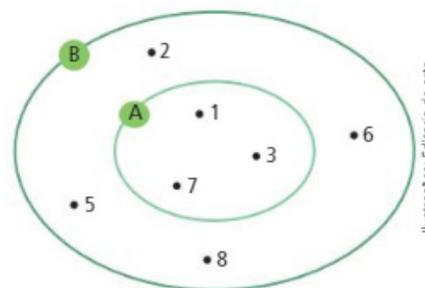
Dois conjuntos A e B são IGUAIS, indicamos $A = B$, quando possuem os mesmos elementos.

Dois conjuntos A e B são DIFERENTES, indicamos por $A \neq B$, se pelo menos UM dos elementos de um dos conjuntos NÃO pertence ao outro.

Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A são também elementos de um outro conjunto B, dizemos que A é subconjunto de B.

Exemplo: $A = \{1,3,7\}$ e $B = \{1,2,3,5,6,7,8\}$.



Os elementos do conjunto A **estão contidos** no conjunto B.

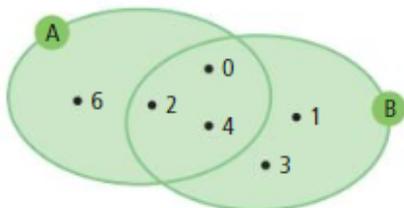
ATENÇÃO:

- 1) Todo conjunto A é subconjunto dele próprio;
- 2) O conjunto vazio, por convenção, é subconjunto de qualquer conjunto;
- 3) O conjunto das partes é o conjunto formado por todos os subconjuntos de A.
- 4) O número de seu subconjunto é dado por: 2^n ; onde n é o número de elementos desse conjunto.

Operações com Conjuntos

Tomando os conjuntos: $A = \{0,2,4,6\}$ e $B = \{0,1,2,3,4\}$, como exemplo, vejamos:

– **União de conjuntos:** é o conjunto formado por todos os elementos que pertencem a A ou a B. Representa-se por $A \cup B$. Simbolicamente: $A \cup B = \{x \mid x \in A \text{ ou } x \in B\}$. Exemplo:

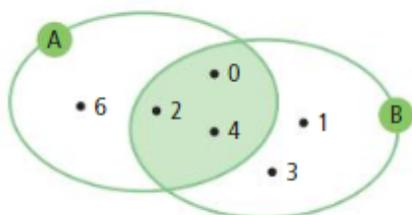


A parte pintada dos conjuntos indica $A \cup B$.

$$A \cup B = \{0, 1, 2, 3, 4, 6\}$$

Lê-se: A união B ou A reunião B.

– **Intersecção de conjuntos:** é o conjunto formado por todos os elementos que pertencem, simultaneamente, a A e a B. Representa-se por $A \cap B$. Simbolicamente: $A \cap B = \{x \mid x \in A \text{ e } x \in B\}$



A parte pintada dos conjuntos indica $A \cap B$.

$$A \cap B = \{0, 2, 4\}$$

Lê-se: A intersecção B.

OBSERVAÇÃO: Se $A \cap B = \emptyset$, dizemos que A e B são conjuntos disjuntos.

Propriedades da união e da intersecção de conjuntos

1ª) Propriedade comutativa

$$A \cup B = B \cup A \text{ (comutativa da união)}$$

$$A \cap B = B \cap A \text{ (comutativa da intersecção)}$$

2ª) Propriedade associativa

$$(A \cup B) \cup C = A \cup (B \cup C) \text{ (associativa da união)}$$

$$(A \cap B) \cap C = A \cap (B \cap C) \text{ (associativa da intersecção)}$$

3ª) Propriedade distributiva

$A \cap (B \cup C) = (A \cap B) \cup (A \cap C)$ (distributiva da intersecção em relação à união)

$A \cup (B \cap C) = (A \cup B) \cap (A \cup C)$ (distributiva da união em relação à intersecção)

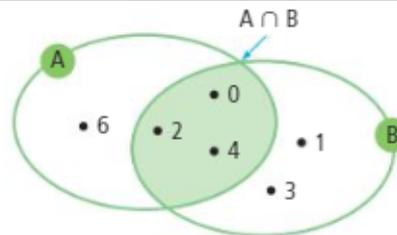
4ª) Propriedade

Se $A \subset B$, então $A \cup B = B$ e $A \cap B = A$, então $A \subset B$

Número de Elementos da União e da Intersecção de Conjuntos

E dado pela fórmula abaixo:

$$n(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$$



$$n(A \cup B) = 4 + 5 - 3 \Rightarrow n(A \cup B) = 6$$

Exemplo:

(CÂMARA DE SÃO PAULO/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FCC) Dos 43 vereadores de uma cidade, 13 dele não se inscreveram nas comissões de Educação, Saúde e Saneamento Básico. Sete dos vereadores se inscreveram nas três comissões citadas. Doze deles se inscreveram apenas nas comissões de Educação e Saúde e oito deles se inscreveram apenas nas comissões de Saúde e Saneamento Básico. Nenhum dos vereadores se inscreveu apenas uma dessas comissões. O número de vereadores inscritos na comissão de Saneamento Básico é igual a

- (A) 15.
- (B) 21.
- (C) 18.
- (D) 27.
- (E) 16.

Resolução:

De acordo com os dados temos:
7 vereadores se inscreveram nas 3.

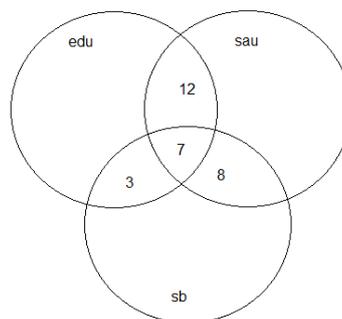
APENAS 12 se inscreveram em educação e saúde (o 12 não deve ser tirado de 7 como costuma fazer nos conjuntos, pois ele já desconsidera os que se inscreveram nos três)

APENAS 8 se inscreveram em saúde e saneamento básico.

São 30 vereadores que se inscreveram nessas 3 comissões, pois 13 dos 43 não se inscreveram.

$$\text{Portanto, } 30 - 7 - 12 - 8 = 3$$

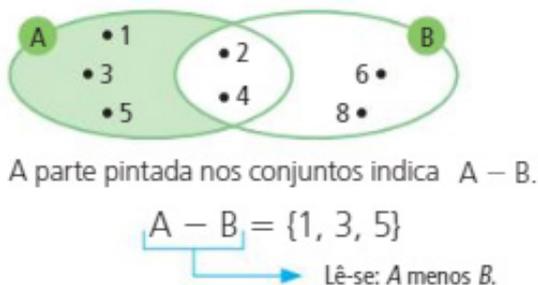
Se inscreveram em educação e saneamento 3 vereadores.



Em saneamento se inscreveram: $3 + 7 + 8 = 18$

Resposta: C

– **Diferença:** é o conjunto formado por todos os elementos que pertencem a A e não pertencem a B. Representa-se por $A - B$. Para determinar a diferença entre conjuntos, basta observarmos o que o conjunto A tem de diferente de B. Tomemos os conjuntos: $A = \{1,2,3,4,5\}$ e $B = \{2,4,6,8\}$



Note que: $A - B \neq B - A$

Exemplo:

(**PRF. CAMAÇARI/BA – TÉC. VIGILÂNCIA EM SAÚDE NM – AOCP**) Considere dois conjuntos A e B, sabendo que assinale a alternativa que apresenta o conjunto B.

- (A) $\{1;2;3\}$
- (B) $\{0;3\}$
- (C) $\{0;1;2;3;5\}$
- (D) $\{3;5\}$
- (E) $\{0;3;5\}$

Resolução:

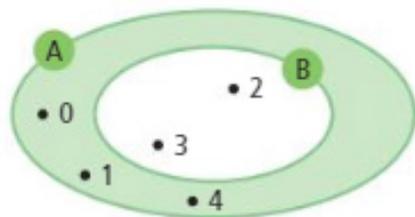
A intersecção dos dois conjuntos, mostra que 3 é elemento de B.

$A - B$ são os elementos que tem em A e não em B.

Então de $A \cup B$, tiramos que $B = \{0; 3; 5\}$.

Resposta: E

– **Complementar:** chama-se complementar de B (B é subconjunto de A) em relação a A o conjunto $A - B$, isto é, o conjunto dos elementos de A que não pertencem a B. Exemplo: $A = \{0,1,2,3,4\}$ e $B = \{2,3\}$



A parte pintada nos conjuntos indica C_A^B .

CONJUNTO DOS NÚMEROS: CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS. CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS; REPRESENTAÇÃO NA RETA NUMÉRICA, MÓDULO, SIMÉTRICO E OPOSTO, REPRESENTAÇÃO DECIMAL, OPERAÇÕES COM INTERVALOS REAIS. CONJUNTO DOS NÚMEROS RACIONAIS: OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS. CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS E INTEIROS: OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves $\{ \}$. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

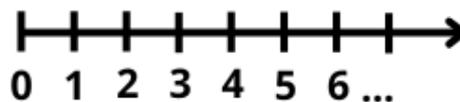
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $N^* = N - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais pares.

$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação de Números Naturais

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

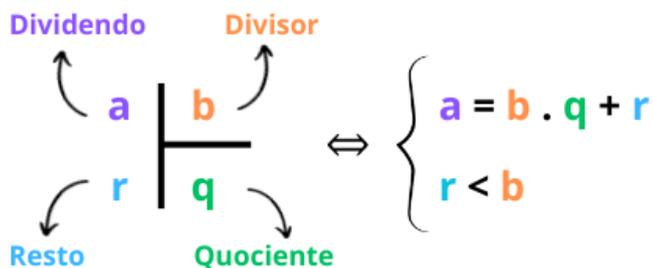
Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

- 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes: $3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15$. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ".", para indicar a multiplicação.

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais

– Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. $45 : 9 = 5$

– Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. $45 = 5 \times 9$

– A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Naturais

Para todo a, b e c em \mathbb{N}

1) Associativa da adição: $(a + b) + c = a + (b + c)$

2) Comutativa da adição: $a + b = b + a$

3) Elemento neutro da adição: $a + 0 = a$

4) Associativa da multiplicação: $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$

5) Comutativa da multiplicação: $a \cdot b = b \cdot a$

6) Elemento neutro da multiplicação: $a \cdot 1 = a$

7) Distributiva da multiplicação relativamente à adição: $a \cdot (b + c) = ab + ac$

8) Distributiva da multiplicação relativamente à subtração: $a \cdot (b - c) = ab - ac$

9) Fechamento: tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

1. Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

(A) 3 642.

(B) 3 828.

(C) 4 093.

(D) 4 167.

(E) 4 256.

Solução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6): $5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2$.

Isto significa que saíram 833. $5 = 4165$ calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

2. João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branco	18	25
Abstenções	183	175

(A) 3995

(B) 7165

(C) 7532

(D) 7575

(E) 7933

LEITURA, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE TEXTOS LEITURA, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS SIGNIFICADOS PRESENTES EM UM TEXTO E O RESPECTIVO RELACIONAMENTO COM O UNIVERSO EM QUE O TEXTO FOI PRODUZIDO

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

1. Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os

elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

2. Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

3. Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis

contra-argumentos. Ao analisar a argumentação de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

Exemplo indutivo: “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.
- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.
- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

Exemplos Práticos de Argumentação

- Texto Argumentativo (Artigo de Opinião): Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- Texto Literário: Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

1. Avalie a pertinência dos argumentos: Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

2. Verifique a solidez da lógica: O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

3. Observe a diversidade de fontes: O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

4. Considere os contra-argumentos: O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

4. Elementos de Coesão

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

A coesão textual pode ser alcançada por meio de diversos mecanismos, como o uso de conectivos, pronomes, elipses e sinônimos, que evitam repetições desnecessárias e facilitam a transição entre as ideias. Em textos argumentativos e dissertativos, esses elementos desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento da argumentação.

Tipos de Coesão

Os principais tipos de coesão podem ser divididos em coesão referencial, coesão sequencial e coesão lexical. Cada um deles envolve diferentes estratégias que contribuem para a unidade e a clareza do texto.

1. Coesão Referencial

A coesão referencial ocorre quando um elemento do texto remete a outro já mencionado, garantindo que as ideias sejam retomadas ou antecipadas sem a necessidade de repetição direta. Isso pode ser feito por meio de pronomes, advérbios ou outras expressões que retomam conceitos, pessoas ou objetos mencionados anteriormente.

HISTÓRIA DO BRASIL

BRASIL COLÔNIA; OS POVOS INDÍGENAS BRASILEIROS; O BRASIL ANTES DA CHEGADA DOS EUROPEUS; AS PRINCIPAIS NAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL ANTES DA CHEGADA DOS PORTUGUESES

A DIVERSIDADE INDÍGENA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Antes da chegada dos europeus, o território brasileiro era habitado por uma imensa diversidade de povos indígenas, cada um com sua própria língua, cultura, organização social e modo de vida. Estima-se que existiam entre 2 e 5 milhões de indígenas, divididos em centenas de grupos espalhados por diferentes biomas, desde a Floresta Amazônica até o Cerrado e o litoral.

Essa diversidade refletia-se em suas práticas culturais, em sua economia baseada na caça, pesca, agricultura e coleta, e em suas crenças espirituais. Além disso, cada povo indígena desenvolveu maneiras únicas de lidar com o ambiente, criando estratégias sofisticadas para a sobrevivência e o bem-estar de sua comunidade.

► A organização social e política dos povos indígenas

Os povos indígenas brasileiros possuíam diferentes formas de organização social e política, dependendo de seu modo de vida e da região onde habitavam. De maneira geral, a sociedade indígena era estruturada em aldeias, compostas por famílias extensas que compartilhavam um território comum.

Estrutura das aldeias:

As aldeias indígenas eram formadas por ocas ou malocas, construções feitas de madeira, palha e cipó. O formato da aldeia variava de acordo com o grupo: algumas eram circulares, com uma praça central para reuniões e rituais, enquanto outras eram lineares, com as casas dispostas ao longo de um rio ou trilha.

As relações dentro das aldeias eram baseadas em laços familiares e comunitários. O trabalho era dividido de forma coletiva, e a cooperação era essencial para garantir a subsistência do grupo.

Liderança e funções sociais:

A liderança nas sociedades indígenas variava conforme a tradição de cada povo. Em muitos grupos, havia um cacique, responsável por tomar decisões e liderar a comunidade. Em outros, o poder era distribuído entre conselhos de anciãos ou guerreiros. Além do cacique, o pajé tinha um papel fundamental, sendo o líder espiritual e curandeiro da tribo, responsável por rituais religiosos e pelo conhecimento sobre plantas medicinais.

A educação era baseada na oralidade, com os mais velhos transmitindo conhecimentos sobre caça, pesca, agricultura e tradições espirituais para os mais jovens. Além disso, existiam rituais de passagem que marcavam a transição da infância para a vida adulta.

► Economia indígena: caça, pesca, agricultura e coleta

A economia dos povos indígenas antes da chegada dos europeus baseava-se principalmente na subsistência, ou seja, na produção de alimentos e recursos necessários para a vida cotidiana. Cada grupo desenvolveu técnicas específicas de acordo com o ambiente em que vivia.

Agricultura indígena:

A agricultura era um dos pilares da economia indígena, especialmente entre os povos sedentários, como os Tupi-Guarani. O cultivo da mandioca era amplamente difundido, pois essa planta podia ser transformada em farinha e armazenada por longos períodos. Outros alimentos cultivados incluíam milho, feijão, batata-doce, cará e amendoim.

Os indígenas utilizavam técnicas como a coivara, que consistia na queima de uma área de vegetação para o plantio, enriquecendo o solo com cinzas. Além disso, conheciam métodos de rotação de culturas, evitando o esgotamento da terra.

Caça e pesca:

A caça e a pesca eram fundamentais para a obtenção de proteínas. Os povos indígenas utilizavam arcos e flechas, lanças, zarabatanas e armadilhas para capturar animais como veados, antas, tatus e capivaras. A pesca era feita com redes, anzóis e até venenos naturais lançados nos rios para atordoar os peixes.

Os indígenas também desenvolveram técnicas para conservar os alimentos, como o defumamento da carne e do peixe, garantindo o sustento da aldeia mesmo em períodos de escassez.

Coleta de frutos e mel:

A coleta de frutas, sementes e raízes complementava a dieta indígena. Dependendo da região, os indígenas consumiam açaí, castanha-do-pará, caju, buriti e muitas outras frutas nativas. O mel também era valorizado, sendo utilizado tanto na alimentação quanto em rituais.

► As línguas indígenas e sua importância cultural

A diversidade linguística dos povos indígenas era imensa. Antes da colonização, existiam mais de mil línguas diferentes no território brasileiro, pertencentes a grandes troncos linguísticos.

Principais troncos linguísticos:

Os indígenas brasileiros falavam línguas agrupadas em troncos linguísticos distintos. Os principais eram:

- **Tupi-Guarani:** O mais difundido no Brasil, englobava diversas línguas faladas por povos do litoral e do interior.
- **Macro-Jê:** Falado por povos do Cerrado, do Sul e do Planalto Central.
- **Karib:** Presente na Amazônia, especialmente no Norte do Brasil.

- **Aruaque:** Compreendia povos da Amazônia e do litoral nordestino.

- **Pano:** Encontrado na região do Acre e do sudoeste amazônico.

A língua era um elemento essencial da identidade indígena, transmitindo mitos, histórias e conhecimentos ancestrais. Com a colonização, muitas línguas indígenas desapareceram, mas ainda hoje algumas são preservadas por grupos que resistiram à assimilação cultural.

► **Cultura e religiosidade indígena**

A cultura indígena manifestava-se de diversas formas, desde a arte plumária até os rituais religiosos.

Arte e manifestações culturais:

Os povos indígenas produziam cerâmica, cestaria e tecidos com materiais naturais, além de adornos feitos com penas coloridas de aves. A pintura corporal era uma forma de expressão social e religiosa, sendo utilizada em cerimônias, guerras e festividades.

A música e a dança também tinham papel central na vida indígena, sendo usadas em rituais de celebração, cura e contato com os espíritos.

Crenças espirituais:

A religiosidade indígena estava fortemente ligada à natureza. Muitos povos acreditavam em espíritos que habitavam rios, florestas e animais. O pajé era o responsável por mediar essa relação, conduzindo cerimônias de cura e comunicação com os antepassados.

Os mitos indígenas explicavam a origem do mundo, das plantas e dos animais, transmitindo valores e ensinamentos às novas gerações. Essas histórias eram passadas oralmente e variavam entre os diferentes grupos.

A diversidade indígena no território brasileiro antes da chegada dos europeus era imensa, com sociedades organizadas, economias adaptadas ao meio ambiente e culturas ricas e variadas. Cada povo possuía seu próprio modo de vida, suas crenças e tradições, contribuindo para a formação da identidade brasileira.

Com a colonização, muitos desses povos foram dizimados, e suas culturas sofreram tentativas de apagamento. No entanto, os indígenas resistiram e continuam lutando pelo reconhecimento de seus direitos e pela preservação de suas tradições. Compreender essa diversidade é essencial para valorizar a história dos povos originários e sua contribuição para o Brasil.

AS PRINCIPAIS NAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL ANTES DA CHEGADA DOS PORTUGUESES

Antes da chegada dos portugueses ao território que hoje chamamos de Brasil, a região já era habitada por uma grande diversidade de povos indígenas. Esses povos apresentavam diferentes formas de organização social, econômica e cultural, adaptando-se aos variados biomas do país, como a Floresta Amazônica, o Cerrado, a Mata Atlântica e o Pantanal.

As populações indígenas estavam organizadas em diferentes nações, cada uma com sua língua, tradições e modo de vida. Os principais troncos linguísticos e culturais desses povos eram o Tupi-Guarani, o Macro-Jê, o Karib, o Aruaque e o Pano.

► **Povos do tronco Tupi-Guarani**

O tronco Tupi-Guarani era um dos mais influentes no Brasil pré-colonial. Os povos desse grupo habitavam principalmente o litoral e algumas áreas do interior. Eram conhecidos por sua agricultura desenvolvida, sua organização em grandes aldeias e sua prática da guerra.

Tupinambá:

Os Tupinambá eram uma das nações mais conhecidas do tronco Tupi-Guarani e estavam espalhados pelo litoral do Nordeste e Sudeste. Viviam em aldeias grandes, organizadas em torno de um espaço central onde realizavam cerimônias e reuniões.

Eram guerreiros temidos e praticavam a antropofagia ritual, ou seja, o consumo da carne de inimigos capturados em combate. Esse costume tinha um significado espiritual e simbólico, pois acreditavam que, ao ingerir a carne de um guerreiro valente, poderiam absorver sua força.

Os Tupinambá também eram agricultores experientes, cultivando principalmente mandioca, milho e feijão. Sua língua, o Tupi, serviu de base para a língua geral, uma forma de comunicação que foi amplamente usada no Brasil durante os primeiros séculos da colonização.

Guarani:

Os Guarani habitavam a região Sul do Brasil, além de áreas do Paraguai, Argentina e Bolívia. Eram povos profundamente religiosos e acreditavam na existência de uma “terra sem males”, um lugar sagrado para onde deveriam migrar.

Diferente dos Tupinambá, os Guarani eram mais pacíficos e priorizavam a agricultura, especialmente o cultivo de mandioca, milho e erva-mate. Sua cultura permanece viva até os dias de hoje, sendo um dos povos indígenas mais numerosos do Brasil contemporâneo.

Tabajara e Potiguara:

Os Tabajara e os Potiguara habitavam o Nordeste brasileiro. Eram povos guerreiros que disputavam territórios entre si e com outros grupos indígenas. O nome “Potiguara” significa “comedores de camarão”, uma referência à sua forte ligação com a pesca.

Os Tabajara tiveram um papel importante no contato com os portugueses, pois alguns grupos fizeram alianças com os colonizadores, enquanto outros resistiram à invasão europeia.

► **Povos do tronco Macro-Jê**

O tronco Macro-Jê agrupava povos que habitavam principalmente o interior do Brasil, como o Planalto Central, o Cerrado e parte da Mata Atlântica. Diferente dos Tupi-Guarani, os povos Jê viviam em aldeias menores e tinham uma organização social mais hierárquica.

Xavante:

Os Xavante eram um dos grupos mais guerreiros do tronco Jê e habitavam o Cerrado brasileiro, especialmente no Mato Grosso. Eram seminômades, ou seja, alternavam períodos de fixação em aldeias com deslocamentos pelo território.

Possuíam rituais complexos, incluindo a perfuração do lábio inferior dos homens jovens como parte do ritual de iniciação para a vida adulta. A guerra e a resistência à colonização foram características marcantes desse povo.

Kayapó:

Os Kayapó viviam na região amazônica, especialmente no Pará e no Mato Grosso. Eram conhecidos por sua pintura corporal e pelos rituais de iniciação. Diferente dos Xavante, suas aldeias eram organizadas em círculos, com um espaço central para reuniões e cerimônias.

Além disso, os Kayapó também tinham um profundo conhecimento sobre a floresta, utilizando plantas medicinais e técnicas avançadas de pesca e caça.

Timbira:

Os Timbira eram um grupo Jê que habitava o Maranhão, o Tocantins e parte do Pará. Tinham uma organização social baseada em uma forte hierarquia e praticavam rituais que envolviam danças e cantos para celebrar eventos importantes da comunidade.

► **Povos do tronco Karib**

Os povos do tronco Karib habitavam principalmente a região amazônica e eram conhecidos por suas habilidades guerreiras e pela navegação em rios.

Galibi:

Os Galibi eram um povo Karib que vivia na região do Amapá e do Pará. Eram pescadores habilidosos e tinham uma sociedade organizada em clãs familiares. Além disso, produziam cerâmicas e artefatos sofisticados.

Palikur:

Os Palikur viviam na região do Amapá e também tinham uma forte ligação com os rios, utilizando canoas para o transporte e a pesca. Sua cultura era marcada por rituais xamânicos e pelo uso de plantas medicinais.

► **Povos do tronco Aruaque**

Os povos do tronco Aruaque estavam presentes no norte do Brasil e eram conhecidos por suas habilidades comerciais e por sua tradição pacífica.

Pareci:

Os Pareci habitavam o Mato Grosso e eram especialistas no cultivo da mandioca. Diferente de outros grupos indígenas, os Pareci desenvolviam técnicas de irrigação para melhorar a produção agrícola.

Eram um povo pacífico, mas sofreram grande impacto com a chegada dos colonizadores, especialmente durante a exploração das drogas do sertão.

Wapixana:

Os Wapixana viviam em Roraima e no norte do Amazonas. Sua sociedade era organizada em aldeias familiares e suas tradições espirituais envolviam rituais de contato com espíritos da floresta.

► **Povos do tronco Pano**

Os povos do tronco Pano ocupavam áreas da Amazônia Ocidental, especialmente no Acre e no Amazonas.

Kaxinawá:

Os Kaxinawá eram um dos principais povos Pano e viviam próximos aos rios, dependendo da pesca e da coleta de frutas para a subsistência. Possuíam uma cultura oral rica, com mitos e histórias passadas de geração em geração.

Yawanawá:

Os Yawanawá habitavam o Acre e eram conhecidos por seus rituais espirituais, que envolviam o uso de plantas como o ayahuasca. Sua cultura permanece viva até os dias de hoje, com forte valorização das tradições ancestrais.

Antes da chegada dos portugueses, o Brasil já era um território habitado por uma grande diversidade de povos indígenas, cada um com sua cultura, língua e modo de vida. Esses povos se adaptaram aos diferentes ambientes do país, desenvolvendo técnicas avançadas de sobrevivência e expressões culturais ricas.

A colonização trouxe impactos devastadores para as populações indígenas, mas muitas dessas nações resistiram e ainda hoje lutam pela preservação de suas terras e tradições. Conhecer essa diversidade é fundamental para valorizar a história e a identidade dos povos indígenas do Brasil.

PERÍODO PRÉ-COLONIAL; EXPEDIÇÕES DE RECONHECIMENTO E GUARDA COSTA; ECONOMIA DO PAU-BRASIL; EXPEDIÇÃO COLONIZADORA DE MARTIM AFONSO DE SOUZA

EXPEDIÇÕES DE RECONHECIMENTO E GUARDA-COSTA

► **O Contexto das Expedições**

Após o descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral em 1500, Portugal adotou uma postura de exploração intermitente da nova terra, sem estabelecer uma colonização efetiva. Durante esse período, conhecido como pré-colonial (1500-1530), os portugueses realizaram diversas expedições marítimas com o objetivo principal de reconhecer o território e proteger suas posses de possíveis invasores.

Portugal estava focado no lucrativo comércio de especiarias no Oriente, por isso não havia pressa em ocupar o Brasil. No entanto, com a ameaça constante de corsários franceses interessados no pau-brasil e outras riquezas naturais, a Coroa percebeu a necessidade de patrulhar a costa e garantir sua soberania sobre a nova terra. Dessa forma, foram organizadas as chamadas expedições de reconhecimento e guarda-costa.

► Expedições de Reconhecimento

As primeiras viagens organizadas por Portugal ao Brasil tinham o objetivo de mapear o território, avaliar seus recursos e estabelecer o primeiro contato com os povos indígenas. Entre as principais expedições desse período, destacam-se:

- **Expedição de Gaspar de Lemos (1501-1502):** enviada logo após a chegada de Cabral, essa expedição tinha como missão explorar o litoral brasileiro e nomear pontos geográficos estratégicos. Acredita-se que o cartógrafo Américo Vespúcio fazia parte desse grupo, e um dos marcos dessa viagem foi a identificação do pau-brasil como recurso comercial.

- **Expedição de Gonçalo Coelho (1503-1504):** essa missão também contou com a presença de Américo Vespúcio e teve como foco aprimorar o conhecimento da costa e estabelecer feitorias para a exploração do pau-brasil. Foi durante essa viagem que os portugueses começaram a firmar relações comerciais mais frequentes com os indígenas, utilizando o escambo como forma de obtenção da madeira.

As informações coletadas nessas expedições foram fundamentais para Portugal consolidar sua reivindicação sobre o território e entender melhor sua geografia e recursos.

► Expedições de Guarda-Costa

Com a intensificação das incursões francesas no litoral brasileiro, Portugal percebeu a necessidade de proteger sua costa e evitar que suas riquezas naturais fossem exploradas por estrangeiros. Assim, foram organizadas as chamadas expedições de guarda-costa, com a função de patrulhar e defender o território.

Duas expedições de grande importância foram realizadas com esse propósito:

- **Expedição de Cristóvão Jacques (1516-1519):** essa foi a primeira grande tentativa de patrulhamento da costa brasileira. Cristóvão Jacques foi enviado com a missão de reprimir a presença francesa e garantir a posse portuguesa sobre o Brasil. Embora tenha conseguido afugentar alguns navios invasores, a missão teve impacto limitado devido à extensão do litoral e à falta de uma presença portuguesa permanente.

- **Segunda Expedição de Cristóvão Jacques (1526-1528):** com a intensificação da presença francesa, Cristóvão Jacques foi enviado novamente ao Brasil para reforçar a defesa da costa. Dessa vez, utilizou uma estratégia mais agressiva, atacando embarcações estrangeiras e estabelecendo postos de vigia ao longo do litoral. No entanto, sem um sistema de colonização efetivo, as medidas ainda eram insuficientes para impedir a presença de estrangeiros.

► Resultados e Impactos das Expedições

As expedições de reconhecimento foram fundamentais para o mapeamento da costa brasileira e para o início da exploração econômica do pau-brasil. Já as expedições de guarda-costa demonstraram que apenas patrulhar a costa não seria suficiente para garantir a posse da terra. Portugal começou a perceber que, para afastar definitivamente os invasores, seria necessário povoar o território e estabelecer uma administração colonial.

Esse entendimento levou à mudança da política portuguesa em relação ao Brasil, resultando na expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza em 1530, que marcou o fim do período pré-colonial e o início da colonização efetiva.

ECONOMIA DO PAU-BRASIL

► A Importância do Pau-Brasil para Portugal

Durante o período pré-colonial (1500-1530), a exploração do pau-brasil foi a principal atividade econômica desenvolvida pelos portugueses no território recém-descoberto. Essa árvore, encontrada em abundância na Mata Atlântica, possuía um cerne de coloração avermelhada que era utilizado para a produção de corantes muito valorizados na Europa, especialmente na indústria têxtil.

A exploração do pau-brasil foi a primeira forma de aproveitamento econômico do Brasil, garantindo algum retorno financeiro para a Coroa Portuguesa sem a necessidade de investimentos significativos em colonização. Para facilitar a extração, os portugueses estabeleceram o sistema de escambo, no qual ofereciam objetos simples, como espelhos, facas e tecidos, em troca da colaboração dos indígenas na derrubada e no transporte da madeira até os portos.

► O Sistema de Extração e Comércio

A exploração do pau-brasil seguiu um modelo de atividade extrativista, baseado na retirada intensiva dos recursos naturais sem reposição. O sistema funcionava da seguinte maneira:

- **Exploração e corte:** Os indígenas, incentivados pelo escambo, derrubavam as árvores e preparavam os troncos para transporte.

- **Transporte até o litoral:** Os troncos eram levados até feitorias construídas pelos portugueses ao longo da costa, onde aguardavam o embarque para Portugal.

- **Carregamento e envio:** As embarcações portuguesas transportavam a madeira para a Europa, onde era vendida a altos preços.

Para manter o controle sobre essa atividade e evitar o contrabando, a Coroa Portuguesa estabeleceu o sistema de arrendamento, concedendo a exploração do pau-brasil a particulares em troca do pagamento de tributos. Um dos primeiros a receber essa concessão foi Fernão de Noronha, em 1502, que se comprometeu a enviar embarcações periodicamente para a retirada da madeira.

► O Impacto da Exploração do Pau-Brasil

A intensa exploração do pau-brasil teve diversos impactos no Brasil:

- **Destruição da Mata Atlântica:** A retirada indiscriminada da madeira levou ao desmatamento de vastas áreas da floresta.

- **Mudanças na dinâmica indígena:** O contato constante com os portugueses alterou as relações sociais e econômicas das tribos envolvidas no escambo.

- **Conflitos com os franceses:** O interesse estrangeiro no pau-brasil levou ao aumento das incursões de corsários franceses, que negociavam diretamente com os indígenas e desafiavam o monopólio português.

GEOGRAFIA DO BRASIL

O ESPAÇO NATURAL, RECURSOS ESTRATÉGICOS E IMPACTOS AMBIENTAIS; CARACTERÍSTICAS GERAIS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO: POSIÇÃO GEOGRÁFICA, LIMITES E FUSOS HORÁRIOS; ESTRUTURA GEOLÓGICA, GEOMORFOLOGIA: ORIGEM, FORMAS E CLASSIFICAÇÕES DO RELEVO; TIPOS DE SOLOS BRASILEIROS; A ATMOSFERA E OS CLIMAS: FENÔMENOS CLIMÁTICOS E OS CLIMAS NO BRASIL; BIOMAS, HOTSPOTS E BIODIVERSIDADE: DISTRIBUIÇÃO DA VEGETAÇÃO, CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS DOMÍNIOS MORFOCLIMÁTICOS; RECURSOS HÍDRICOS: BACIAS HIDROGRÁFICAS, AQUIFEROS, HIDROVIAS; DEGRADAÇÃO AMBIENTAL, O APROVEITAMENTO ECONÔMICO DOS RECURSOS NATURAIS E AS ATIVIDADES ECONÔMICAS: OS RECURSOS MINERAIS, FONTES DE ENERGIA, MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA E MEIO AMBIENTE, O SETOR MINERAL E OS GRANDES PROJETOS DE MINERAÇÃO

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Posição geográfica

O Brasil possui 8.514.876 km², em extensão territorial e está localizado na América do Sul, sendo o quinto maior do mundo em extensão territorial e faz fronteira com quase todos os países sul-americanos. Tem sua totalidade, localizada a oeste do meridiano de Greenwich, o situando no hemisfério ocidental. Já a linha do Equador passa no extremo norte do Brasil. Além do mais é cortado ao sul pelo trópico de Capricórnio.



Fonte: Mundo educação

O território é dividido em 26 estados mais o Distrito Federal, portanto, em 27 unidades federativas que se distribuem nas cinco regiões do país: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Limites

O Brasil tem suas fronteiras definidas com base nas características naturais (rios, lagos, paisagem, ou em acidentes topográficos, como montanhas, serras e picos elevados). Ele possui 23.086 km de fronteiras, sendo 15.719 km terrestres e 7.367 km marítimas. A fronteira atlântica se estende da foz do rio Oiapoque, no cabo Orange (AP) no Norte, ao arroio Chuí (RS), no Sul.



Fonte: <https://www.infoescola.com>

Chile e do Equador, são os únicos países que não fazemos fronteiras terrestres.

- Norte: Suriname, Guiana, Venezuela e um território pertencente à França, a Guiana Francesa.

- Noroeste: Colômbia. A oeste: Peru e Bolívia. Sudoeste: Paraguai e Argentina.
- Sul: Uruguai.

Fusos horários

Como possui uma grande extensão longitudinal (leste-oeste), o Brasil apresenta mais de 1 fuso horário em seu território. Conforme mostra a imagem:



ESTRUTURA GEOLÓGICA, GEOMORFOLOGIA

Estruturas Geológicas é a classificação das formações rochosas e da litosfera terrestre de acordo com as características do relevo. São categorizadas em três principais tipos:

- **Crátons:** também chamados de escudos cristalinos ou maciços antigos, são rochas muito antigas que foram formadas nas eras geológicas primárias. São elas, rochas magmáticas, ígneas e metamórficas, podendo encontrar minerais como ouro ou alumínio.
- **Bacias sedimentares:** são o conjunto de rochas formadas por camadas de rochas sedimentares em grande escala, cobrem mais de 60% do relevo terrestre e nelas se encontram fósseis e, por vezes, petróleo.
- **Dobramentos Modernos:** são as estruturas geológicas formadas “recentemente”, levando em consideração que foram formadas na última era geológica (há 250 milhões de anos). São formadas pelos movimentos das placas tectônicas, podendo ser pelo afastamento ou colisão delas e tendo como resultado diversas cadeias de montanhas por todo o mundo.

Geomorfologia é a parte da geografia em que se estuda os diferentes tipos de relevo do espaço geográfico. Essa ciência dispõe de informações importantes sobre as irregularidades do relevo de um determinado local. O profissional da área, chamado geomorfologista, estuda os fatores que influenciam na formação de um relevo, ou seja, tudo que envolve a biosfera, atmosfera e hidrosfera que pode resultar na alteração ou formação do relevo.

A importância deste estudo se dá na análise de onde seria propício a construção de prédios, casas e estruturas em geral sem ter risco de problemas.

Relevo

O relevo do Brasil tem formação antiga e atualmente existem várias classificações para o mesmo. Entre elas, destacam-se as dos seguintes professores:

Aroldo de Azevedo - esta classificação data de 1940, sendo a mais tradicional. Ela considera principalmente o nível altimétrico para determinar o que é um planalto ou uma planície.

Aziz Nacib Ab'Saber - criada em 1958, esta classificação despreza o nível altimétrico, priorizando os processos geomorfológicos, ou seja, a erosão e a sedimentação. Assim, o professor considera planalto como uma superfície na qual predomina o processo de desgaste, enquanto planície é considerada uma área de sedimentação.

Jurandy Ross - é a classificação mais recente, criada em 1995. Baseia-se no projeto Radambrasil, um levantamento feito entre 1970 e 1985, onde foram tiradas fotos aéreas da superfície do território brasileiro, por meio de um sofisticado radar. Jurandy também utiliza os processos geomorfológicos para elaborar sua classificação, destacando três formas principais de relevo:

- 1) Planaltos
- 2) Planícies
- 3) Depressões

Sendo que:

- Planalto é uma superfície irregular, com altitude acima de 300 metros e produto de erosão.
- Planície é uma área plana, formada pelo acúmulo recente de sedimentos.
- Depressão é uma superfície entre 100 e 500 metros de altitude, com inclinação suave, mais plana que o planalto e formada por processo de erosão.

O território brasileiro é constituído, basicamente, por grandes maciços cristalinos (36%) e grandes bacias sedimentares (64%). Aproximadamente 93% do território brasileiro apresenta altitudes inferiores a 900 m. Em grande parte as estruturas geológicas são muito antigas, datando da Era Paleozoica à Mesozoica, no caso das bacias sedimentares, e da Era Pré-Cambriana, caso dos maciços cristalinos.

As bacias sedimentares formam-se pelo acúmulo de sedimentos em depressão. É um terreno rico em combustíveis fósseis, como carvão, petróleo, gás natural e xisto betuminoso. Os maciços são mais antigos e rígidos e se caracterizam pela presença de rochas cristalinas, como granitos e gnaisses, e são ricos em riquezas minerais metálicas, como ferro e manganês.

O relevo brasileiro não sofre mais a ação de vulcões e terremotos, agentes internos, porém, os agentes externos, como chuvas, ventos, rios, marés, calor e frio, continuam sua obra de esculpir as formas do relevo. Eventualmente, em determinados pontos do território brasileiro podem-se sentir os reflexos dos tremores de terra ocorridos em alguns pontos distantes, como no Chile e Peru.

As unidades do relevo brasileiro são:

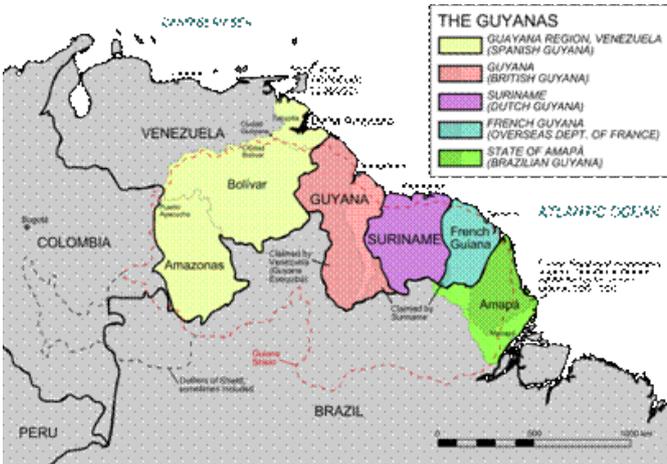
a) Planaltos: das Guianas e Brasileiro (formado pelo Planalto Central, Atlântico e Meridional).

Planalto das Guianas

Ocupando a porção extremo setentrional do país, tem sua maior parte fora do território brasileiro, em terras da Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Constituído por rochas cristalinas pré-cambrianas, pode ser dividido em duas porções:

– **Planalto Norte-Amazônico:** também chamado de Baixo Platô, apresenta pequenas elevações levemente onduladas, formando uma espécie de continuação das terras baixas da Planície Amazônica.

– **Região Serrana:** situada na porção Norte do Planalto, acompanha de perto as fronteiras do Brasil com as Guianas e com a Venezuela. Dominada por dois arcos de escarpas (o Maciço Oriental e o Maciço Ocidental), separados por uma área deprimida e aplainada no noroeste de Roraima. O Maciço Oriental é caracterizado por pequenas altitudes que raramente superam os 600 m, onde se encontram serras como as de Tumucumaque e Açari, enquanto no Maciço Ocidental encontram-se as maiores altitudes absolutas do Brasil, destacando-se na serra do Imeri ou Tapirapecó o pico da Neblina, com 3.014 m de altitude (ponto culminante do país); na fronteira do estado do Amazonas com a Venezuela, o pico 31 de Março, com 2.992 m; e na serra de Pacaraima o monte Roraima, com 2.727 m.



Planalto das Guianas (Fonte: www.sogeografia.com.br)

Planalto Brasileiro

Uma das mais vastas regiões planálticas do mundo, estendendo-se do sul da Amazônia ao Rio Grande do Sul e de Roraima ao litoral Atlântico. É dominado por terrenos cristalinos amplamente recobertos por sedimentos. Por motivos didáticos e pelas diferenças morfológicas que apresenta, pode-se dividi-lo em três subunidades:

– **Planalto Central:** Abrange uma extensa região do Brasil Central, englobando partes do Norte, Nordeste, Sudeste e principalmente do Centro-Oeste. Apresenta terrenos cristalinos antigos fortemente erodidos e amplamente recobertos por

sedimentos paleozoicos e mesozoicos. Além de planaltos cristalinos, destacam-se as chapadas recobertas por sedimentos, como dos Parecis, entre Roraima e Mato Grosso.

– **Planalto Atlântico ou Planalto Oriental:** Estende-se do Nordeste, onde é bastante largo, ao nordeste do Rio Grande do Sul. Pode-se também o dividir em duas subunidades distintas:

- I) Região das Chapadas no Nordeste
- II) Região Serrana

– **Planalto Meridional ou Arenito Basáltico:** Abrange grande parte das terras da região Sul, o centro-oeste de São Paulo, o sul de Minas Gerais e o Triângulo Mineiro, o sul de Goiás e parte leste do Mato Grosso do Sul, correspondendo às terras drenadas pela bacia do rio Paraná. Predominam terrenos sedimentares, assentados sobre o embasamento cristalino, sendo os terrenos mesozoicos associados a rochas vulcânicas, provenientes do derrame de lavas ocorrido nessa era. Essas rochas vulcânicas, em especial o basalto e o diabásio, com o passar do tempo sofreram desagregação pela ação dos agentes erosivos, dando origem a um dos solos mais férteis do Brasil, a chamada “terra roxa”. As áreas onde predominam sedimentos paleozoicos e mesozoicos (arenitos), associados às rochas vulcânicas, constituem uma subunidade do planalto Meridional. Outra subunidade é a Depressão Periférica, uma estreita faixa de terrenos relativamente baixos que predominam arenitos, que se estende de São Paulo a Santa Catarina e parte do Rio Grande do Sul. É no planalto Meridional que aparece com destaque o relevo de “Cuestas”, costas (escarpas) sucessivas de leste para oeste.

b) Planícies: Amazônica, do Pantanal, Costeira e Gaúcha.

Planície Amazônica

Vasta área de terras baixas e planas que corresponde à Bacia Sedimentar Amazônica, onde se distinguem alongadas faixas de sedimentos paleozoicos que afloram na sua porção centro-oriental, além de predominar arenitos, argilitos e areias terciárias e quaternárias. Localizada entre o planalto das Guianas ao norte e o Brasileiro ao sul, a planície é estreita a leste, próximo ao litoral do Pará, e alarga-se bastante para o interior na Amazônia Ocidental.

Planície do Pantanal

Ocupando quase toda metade oeste do Mato Grosso do Sul e o sudeste do Mato Grosso, a planície do Pantanal se estende para além do território brasileiro, em áreas do Paraguai, Bolívia e extremo norte da Argentina, recebendo nesses países a denominação de “Chaco”. Com terras muito planas e baixas (altitude média de 100 m), o Pantanal se constitui numa grande depressão interior do continente que se inunda largamente no verão. Os pontos mais elevados da planície, que ficam a salvo das cheias, levam o nome de “cordilheiras”, e as partes mais baixas, “baías” ou “lagos”.

Planície Costeira

Estendendo-se por quase todo o litoral brasileiro, do Pará ao Rio Grande do Sul, é uma área de sedimentos recentes: terciários e quaternários. Em alguns trechos, principalmente no Sul e Sudeste, a planície é interrompida pela proximidade do planalto Atlântico, dando origem às falésias; em alguns pontos surgem as baixadas litorâneas, destacando-se a baixada Capixaba no

Espírito Santo, a baixada Fluminense no Rio de Janeiro, as baixadas Santista e de Iguape em São Paulo, a de Paranaguá no Paraná e a de Laguna em Santa Catarina.

Planície Gaúcha ou dos Pampas

Ocupa, esquematicamente, a metade sul do Rio Grande do Sul, constituída por sedimentos recentes; apresenta-se plana e suavemente ondulada, recebendo a denominação de Coxilhas.

Pontos mais altos

Os relevos brasileiros caracterizam-se por baixas altitudes. Os maiores picos brasileiros, assim como sua localização e altitude, são:

Pico	Serra	Altitude (m)
Neblina	Imeri (AM)	3.014
31 de Março	Imeri (AM)	2.992
Bandeira	Caparaó (ES/MG)	2.890
Roraima	Pacaraima (RR)	2.875
Cruzeiro	Caparaó (ES)	2.861

Fonte: www.sogeografia.com.br

TIPOS DE SOLOS BRASILEIROS

O solo é um recurso natural essencial para a vida na Terra, servindo como base para a vegetação, a agricultura e diversos ecossistemas. A formação do solo é um processo longo e contínuo, influenciado por fatores climáticos, biológicos e geológicos.

Além disso, a classificação dos solos permite entender suas características e aptidões, facilitando o manejo adequado para diferentes usos.

► Processo de Formação dos Solos

A formação dos solos ocorre por meio da pedogênese, um conjunto de processos que transformam rochas em camadas de solo ao longo do tempo. Esse processo é influenciado por cinco fatores principais:

- **Material de origem:** tipo de rocha matriz que dá origem ao solo.
- **Clima:** temperatura e umidade influenciam a decomposição das rochas e a atividade biológica.
- **Organismos vivos:** microrganismos, plantas e animais contribuem para a decomposição da matéria orgânica.
- **Relevo:** influencia a drenagem, a erosão e a deposição de sedimentos.
- **Tempo:** solos mais antigos tendem a ser mais profundos e evoluídos.

Intemperismo: o processo de decomposição das rochas:

O intemperismo é o processo responsável por transformar as rochas em partículas menores, que posteriormente formam o solo. Ele pode ser classificado em três tipos:

- **Intemperismo físico (mecânico):** ocorre devido a variações de temperatura, ação do vento, água e gelo, fragmentando as rochas sem alterar sua composição química.
- **Intemperismo químico:** envolve reações químicas que alteram os minerais da rocha, tornando-os mais suscetíveis à desagregação. Esse tipo é mais intenso em regiões úmidas e quentes.

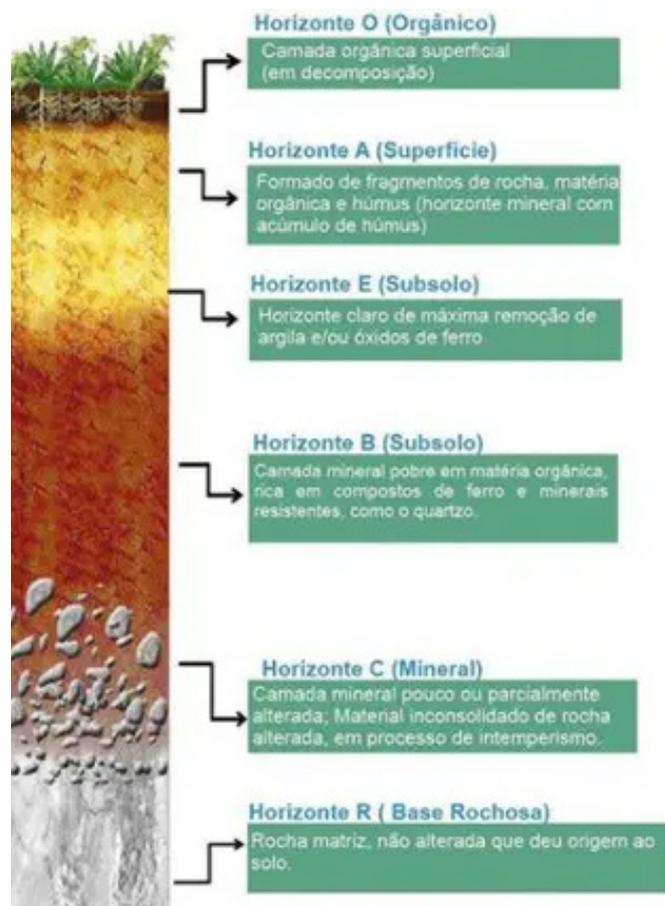
▪ **Intemperismo biológico:** resulta da ação de organismos, como bactérias, fungos e raízes de plantas, que liberam substâncias químicas capazes de degradar as rochas.

Ao longo do tempo, esses processos transformam os minerais em partículas menores, formando diferentes camadas dentro do solo, chamadas de horizontes.

► Horizontes do Solo

O solo não é uma estrutura homogênea; ele se divide em camadas horizontais chamadas de horizontes, que variam de acordo com o tipo de solo e seu grau de desenvolvimento. Os principais horizontes são:

- **Horizonte O:** camada superficial rica em matéria orgânica.
- **Horizonte A:** camada fértil, onde ocorrem as raízes das plantas e maior atividade biológica.
- **Horizonte E:** zona de lixiviação, onde há perda de minerais solúveis devido à ação da água.
- **Horizonte B:** camada onde se acumulam os minerais lixiviados da camada superior.
- **Horizonte C:** material de transição entre o solo e a rocha-matriz.
- **Horizonte R:** rocha-matriz, base de formação do solo.



<https://blog.aegro.com.br/construcao-do-perfil-do-solo/>

Essas camadas ajudam na identificação dos diferentes tipos de solo e na compreensão de suas propriedades.

INGLÊS

SUBSTANTIVOS (NOUNS): GÊNERO; SUBSTANTIVOS CONTÁVEIS E INCONTÁVEIS; NÚMERO DOS SUBSTANTIVOS CONTÁVEIS NO SINGULAR E NO PLURAL; CASO GENITIVO/POSSESSIVO COM O GENITIVO SAXÃO'S E COM A PREPOSIÇÃO OF

Substantivo é uma classe de palavras que se refere a uma pessoa, lugar, coisa, evento, substância ou qualidade; ele pode ser contável ou incontável. Substantivos contáveis têm formas singular e plural, enquanto substantivos incontáveis podem ser usados apenas no singular.

Existem várias maneiras de classificar os substantivos. Uma delas é se eles são substantivos contáveis (também conhecidos como countable) ou incontáveis (também conhecidos como uncountable). Substantivos contáveis, como o termo sugere, referem-se a itens que podem ser contados.

Observe nos exemplos a seguir as formas singulares e plurais:

- *table, tables*; (mesa, mesas)
- *month, months*; (mês, meses)
- *pen, pens*. (caneta, canetas)

Em geral, um substantivo contável se torna plural adicionando -s no final da palavra. Mas há exceções, como as dos exemplos a seguir:

- *man, men*; (homem, homens)
- *child, children*; (criança, crianças)
- *goose, geese*. (ganso, gansos)

Em contraste, substantivos incontáveis não podem ser contados. Eles têm uma forma singular e não têm plural, ou seja, você não pode adicionar um -s à palavra para torná-la plural, pois geralmente já fala de um conjunto que não se pode contar numericamente. Por exemplo:

- *dirt*; (sujeira)
- *rice*; (arroz)
- *information*; (informação)
- *hair*. (cabelo)

Alguns substantivos incontáveis são abstratos, como *advice* (conselho) e *knowledge* (conhecimento).

- *Her jewellery is designed by a well-known celebrity*. (Suas joias são desenhadas por uma famosa celebridade.)
- *I needed some advice, so I went to see the counsellor*. (Eu precisava de alguns conselhos, então fui ver o conselheiro)

Alguns substantivos podem ser contáveis ou incontáveis, dependendo do contexto ou da situação.

- *We'll have two coffees*. (Nós vamos querer dois cafés) - contável
- *I don't like coffee* (Eu não gosto de café) – incontável

Você não pode se referir a um substantivo contável singular sozinho. Geralmente é usado precedido por um artigo. Artigos referem-se a artigos indefinidos *a, an* (um, uma) e o artigo definido *the* (o, a).

Quando o substantivo contável é mencionado pela primeira vez, você usa um artigo indefinido *a* (um, uma) para palavras que começam com som de consoante ou *an* (um, uma) se o substantivo começa com som de vogal. No entanto, quando um substantivo contável é mencionado pela segunda vez, geralmente é precedido pelo artigo definido *the*.

▪ *I saw a* (artigo indefinido) *cat yesterday*. *The* (artigo definido) *cat was grey with black stripes*. (Eu vi um gato ontem. O gato era cinza com listras brancas)

Às vezes, quando substantivos incontáveis são tratados como substantivos contáveis, você pode usar o artigo indefinido.

- *Please select a wine that you like*. (Por favor, selecione um vinho que você gosta.)

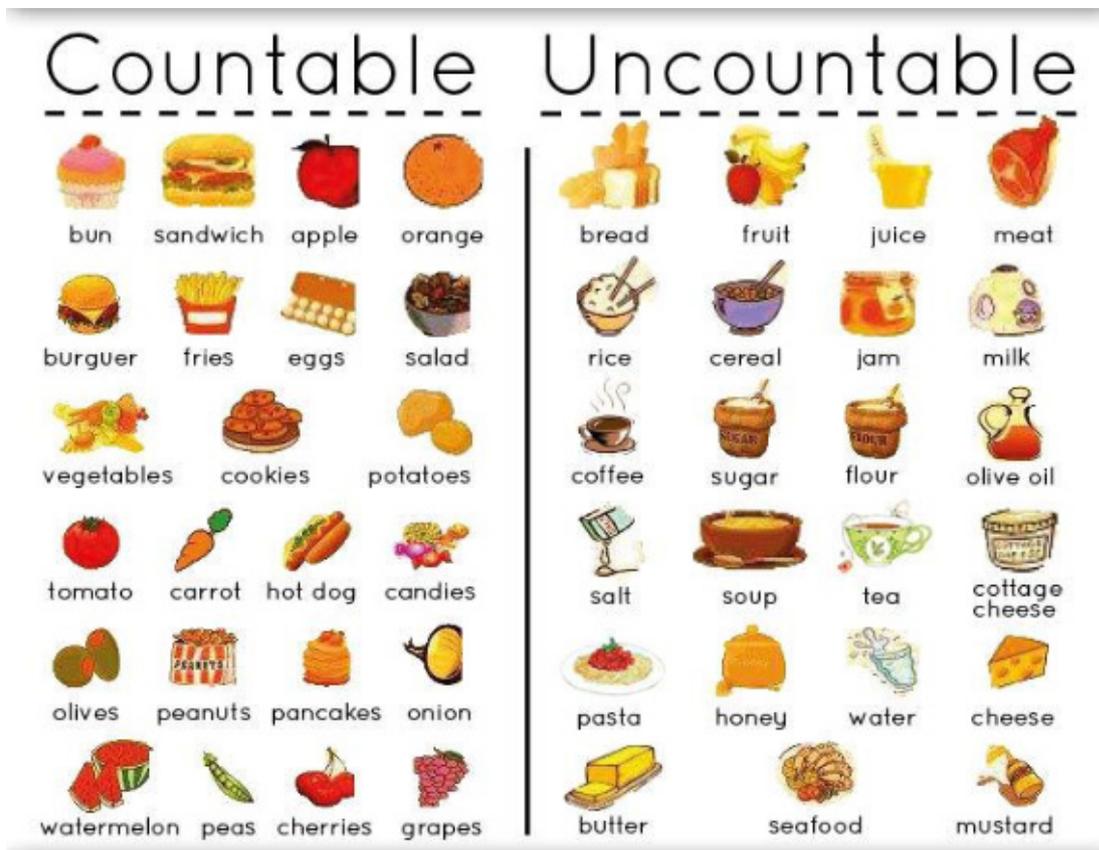
O artigo indefinido não é usado com substantivos incontáveis. Em vez disso, o artigo definido *the* pode ser usado com substantivos incontáveis ao se referir a itens específicos.

▪ *I found the luggage that I had lost. I appreciated the honesty of the salesman.* (Encontrei a bagagem que havia perdido. Apreciei a honestidade do vendedor.)

Você pode usar the com substantivos contáveis quando existe apenas uma coisa ou pessoa na oração.

▪ *The baby stared at the moon in fascination.* (O bebê olhou fascinado para a lua.)

▪ *Please take me to the doctor near the market. I'm not feeling well.* (Por favor, leve-me ao médico perto do mercado. Eu não estou me sentindo bem.)



CASO GENITIVO/POSSESSIVO COM O GENITIVO SAXÃO'S

O caso possessivo mostra propriedade. Com a adição de 's (ou às vezes apenas o apóstrofo), um substantivo pode mudar de uma simples pessoa, lugar ou coisa para uma pessoa, lugar ou coisa que possui algo. Existem algumas maneiras diferentes de formar o possessivo de um substantivo. Discutiremos essas maneiras abaixo.

Se o substantivo não terminar com s, adicione 's ao final do substantivo. Veja os seguintes exemplos:

– *This is John and his cat. The cat is **John's** pet.* (Este é John e seu gato. O gato é o animal de estimação de John.)

– *This is Anna and her black purse. This is **Anna's** black purse.* (Esta é Anna e sua bolsa preta. Esta é a bolsa preta de Anna.)

– *This restroom is for men. This is the **men's** room.* (Este banheiro é para homens. Este é o banheiro masculino.)

– *This hospital aisle is for children. This is the **children's** aisle* (Esta ala do hospital é para crianças. Esta é a ala das crianças.)

Adicionamos outro 's para a forma possessiva de um nome que termina com s? O que está correto, Chris's chair ou Chris' chair? James's car ou James' car? Na verdade, as duas formas estão corretas. Se um nome próprio termina com um s, você pode adicionar apenas o apóstrofo ou um apóstrofo e um s. Veja os exemplos abaixo para uma ilustração desse tipo de substantivo possessivo.

– *You're sitting in **Chris' chair**.* / *You're sitting in **Chris's chair**.*

(Você está sentado na cadeira do Chris)

– *Have you seen **James' car**?* / *Have you seen **James's car**?*

(Você viu o carro de James?)

– *Where is **Jess' book bag**?* / *Where is **Jess's book bag**?*

(Onde está a mochila de livros da Jess?)

– *I'm in **Ms. Jones' class** this year.* / *I'm in **Ms. Jones's class** this year.*

(Estou na turma da Sra. Jones este ano.)

Mas quando você tem um substantivo plural que termina em s, adicione apenas o apóstrofo. Isso também é verdade quando você tem um nome próprio que é plural.

– *This is the boys' bedroom.* (Este é o quarto dos meninos.)

– *My parents' house is a lovely old one.* (A casa dos meus pais é linda e antiga.)

– *The scissors' handles just snapped off.* (Os cabos da tesoura acabaram de se soltar.)

– *The Jeffersons' yard is always beautifully landscaped.* (O quintal dos Jeffersons sempre tem um belo paisagismo.)

O USO DO GENITIVO COM A PREPOSIÇÃO OF

Quando utilizar of em vez de s:

Diferentemente do genitivo saxão, que é mais direto e informal, o genitivo com a preposição of é usado principalmente em situações mais formais ou quando o possuidor não é uma pessoa, mas sim um objeto, ideia abstrata ou uma estrutura complexa.

A estrutura é:

ELEMENTO POSSUÍDO + OF + POSSUIDOR

Exemplo:

The cover of the book

Tradução: A capa do livro

Esse tipo de construção é preferido especialmente quando falamos de coisas inanimadas, ideias abstratas, medidas, partes do todo e relações formais.

Em resumo, usamos of nas seguintes situações:

- Quando o possuidor é uma coisa, e não uma pessoa:
 - *The door of the house* (A porta da casa)
- Quando queremos enfatizar o objeto possuído (diferente do genitivo saxão, que foca mais no possuidor):
 - *The color of the car* (A cor do carro)
- Com expressões formais ou acadêmicas, como em títulos de livros, documentos oficiais etc:
 - *The end of the world* (O fim do mundo)
- Quando a estrutura do possuidor é muito longa ou complexa:
 - *The performance of the students who studied the most* (O desempenho dos alunos que mais estudaram)
- Em contextos que envolvem medidas, quantidades ou relações abstratas:
 - *A bottle of water* (Uma garrafa de água)
 - *A sense of responsibility* (Um senso de responsabilidade)

Regras gerais e estilo formal

O genitivo com of é preferido em contextos mais formais, acadêmicos e objetivos. Ele é mais comum na escrita técnica, científica e literária.

Além disso, a construção com of evita ambiguidade em frases mais longas, enquanto o genitivo com s pode parecer truncado ou confuso quando aplicado a estruturas extensas.

Comparações entre os dois estilos:

Genitivo Saxão (s)	Genitivo com of
The teacher's book	The book of the teacher
Maria's ideas	The ideas of Maria
The cat's eyes	The eyes of the cat
Brazil's future	The future of Brazil

Ambos são corretos na maioria dos exemplos, mas o uso depende do grau de formalidade, clareza e estilo que se deseja adotar.

Exemplos práticos com a preposição of

Vamos ver mais exemplos para fixar o padrão com of:

Genitivo Saxão (s)	Genitivo com of
The teacher's book	The book of the teacher
Maria's ideas	The ideas of Maria
The cat's eyes	The eyes of the cat
Brazil's future	The future of Brazil

Note que em todos os exemplos o possuidor é uma coisa, um conceito ou uma função – e não uma pessoa específica com quem temos vínculo direto, como em *“my mother's advice”*.

COMPARAÇÃO ENTRE O GENITIVO SAXÃO E O GENITIVO COM OF

Diferenças de significado e ênfase

Embora tanto o genitivo saxão quanto a construção com a preposição of indiquem posse ou pertencimento, a escolha entre um e outro não é apenas uma questão de estilo. Há diferenças sutis de uso, ênfase, formalidade e clareza que afetam a escolha correta, especialmente em provas de concurso.

Vamos explorar essas diferenças:

Foco da frase:

- O genitivo com s costuma dar mais ênfase ao possuidor
- O genitivo com of dá mais ênfase ao objeto possuído

Exemplos:

▪ *My brother's car*
(Foco em my brother, o possuidor)

▪ *The car of my brother*
(Foco em the car, o objeto possuído)

Tipo de possuidor:

- **Genitivo s:** mais comum com pessoas e animais
- **Genitivo of:** mais usado com coisas, lugares e conceitos abstratos

Exemplos:

- *The dog's bone*
- *The leg of the table*
- *The title of the book*
- *Anna's bag*

Nível de formalidade:

- **Genitivo s:** mais informal e usado em linguagem falada
- **Genitivo of:** mais formal e preferido na escrita acadêmica

Exemplos:

- Informal: *The teacher's idea*
- Formal: *The idea of the teacher*

Comprimento do possuidor:

Se o possuidor é muito longo ou complexo, o uso de *of* ajuda na clareza.

Exemplo:

- **ERRADO (pouco natural):** *The guy who lives next door's bike*
- **CERTO:** *The bike of the guy who lives next door*

Expressões fixas:

Algumas expressões são tradicionalmente usadas com uma ou outra forma, e não soam naturais se alteradas.

Expressões fixas com genitivo *s*:

- *A day's work*
- *Children's games*
- *Yesterday's news*

Expressões fixas com *of*:

- *The point of view*
- *The center of attention*
- *A piece of cake*

Tabela comparativa com exemplos lado a lado:

Situação	Genitivo com <i>s</i>	Genitivo com <i>of</i>	Observações
Pessoa como possuidor	The girl's book	The book of the girl	Ambas corretas, 's mais comum
Objeto como possuidor	(evitar)	The roof of the house	Usar <i>of</i> com coisas
Nome próprio	Peter's car	The car of Peter	'S mais natural e direto
Conceito abstrato	(evitar)	The value of education	Usar <i>of</i>
Possuidor longo	(evitar)	The opinion of the man who called	Clareza melhor com <i>of</i>
Ênfase no possuidor	The author's message	The message of the author	Ambas corretas, muda a ênfase
Estilo formal	The country's development	The development of the country	Preferência por <i>of</i> em textos formais
Relações de tempo (idiomáticas)	A week's vacation	(menos comum)	Expressão idiomática com 's
Parte do todo	(evitar)	The door of the car	Genitivo <i>of</i> preferido